

Visões da Monarquia entre a gente comum da Corte (1850-1889)

Ronaldo P. de Jesus
Prof. Adjunto de História Contemporânea
Universidade Federal de Ouro Preto

A reflexão histórica acerca da relação entre a gente comum e a Monarquia esteve presente nas análises sobre o reinado de Dom Pedro II desde o século XIX. O interesse pela natureza dessa relação, mais perceptível na Corte do que no restante do país, evidenciou-se, primeiramente, no material proveniente dos observadores contemporâneos ao fenômeno: jornalistas, cronistas, viajantes, literatos, publicistas, políticos, diplomatas, etc. Em seguida, permaneceu como um dos objetos centrais no debate que envolveu os defensores da Monarquia e os partidários da República, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Na historiografia o tema apareceu ligado à investigação do catolicismo rústico, dos movimentos messiânicos e, ainda que muitas vezes lateralmente, nos estudos voltados para o processo de formação do Estado nacional monárquico e da escravidão urbana no século XIX.

Entre as crônicas, reportagens e editoriais de periódicos que circulavam na cidade do Rio de Janeiro – desde o início da segunda metade do século XIX até a queda do regime imperial – encontramos um número relativamente reduzido de indícios das representações acerca do Imperador e da Monarquia oriundas das pessoas comuns. Além disso, elas apareceram sempre mediadas pelas representações provenientes das elites e dos setores médios urbanos e, em geral, inseridas no debate sobre a popularidade de Dom Pedro II, da coroa e da família real.

De tal modo, pode-se dizer que os vestígios das concepções sobre a Monarquia provenientes da gente comum da capital do império aparecem encobertos por inúmeras camadas discursivas sobrepostas. Frequentemente, nos deparamos com registros da caridade imperial, demarcando o movimento do Imperador na construção de sua imagem/auto-imagem de monarca generoso e sábio, uma espécie de “pai dos pobres”. Por exemplo, na seguinte nota:

Faleceu no dia 20 do corrente, com 126 anos de idade, Maria Soares da Cruz, moradora no caminho da Gávea. Conservou até essa avançada idade todas as suas faculdades mentais. S. M. o Imperador dignou-se uma vez a visitar a pobre centenária em sua cabana. Deixa netos, bisnetos e tataranetos¹.

Porém, mesmo diante do aparente empenho que levava Dom Pedro II até a cabana da senhora centenária, um ano mais tarde seria aconselhado:

E S. M. o Imperador digne-se procurar conhecer melhor as necessidades de seus súditos, curar de suas queixas; imite o sábio imperador constitucional do mais livre país, exemplo do absoluto rei de Portugal, que a história chamou – Pedro Cru, fale com seus súditos a todas as horas, em todos os lugares, e não somente duas vezes por semana, na Imperial Quinta, das 5 às 6 ou 7 da tarde, porque

¹ *Correio Mercantil*, 24/01/1855, p. 01.

nesse curto espaço não pode ouvir milhares de súditos que precisam levar seus sofrimentos até o Imperador².

Além dos encontros semanais, havia um calendário de aparições públicas e comemorações que pressupunham o contato mais direto entre o Imperador e seus súditos. Todo ano, no Domingo de Ramos, na Semana Santa e no *Corpus Christi*, o monarca e a família real participavam de cerimônia religiosa realizada no Paço da Cidade, às dez horas. Depois faziam a visitação de diversas igrejas pela cidade e o acompanhamento de procissões. Além dos feriados santos, seriam realizadas cerimônias com beija-mão, cortejo e acompanhamento de procissões nas seguintes datas: 14 de março, natalício de S. M. Imperatriz; 25 de março, juramento à Constituição; 29 de julho, natalício da Sr^a. Princesa Isabel; 7 de setembro, independência do império; e 2 de dezembro, natalício do Imperador³.

No maior jornal do país as notas sobre os aniversários dos membros da família real apareciam em tom lacônico, quase oficial, repetindo-se de forma praticamente imutável ao longo de décadas, sendo as observações sobre a participação popular nos eventos apresentadas em termos difusos, quando não, ausentes. Assim:

O Aniversário natalício de S. M. a Imperatriz foi festejado ontem, na corte, com as solenidades de costume, sendo muito numeroso o concurso de pessoas de todas as classes que assistirão ao cortejo da cidade.

À noite foram SS. MM. II. ao teatro Lyrico Fluminense, onde se apresentou a ópera Dom Pasqualle, do mestre Donizetti⁴.

Dez anos depois:

Ontem, dia de grande gala, por ser aniversário de S. M. a Imperatriz, estiveram embandeirados os vasos de guerra surtos no porto, dando, assim as fortalezas, as salvas de estilo. Estiveram também embandeirados os consulados estrangeiros e a praça do comércio.

À 1 hora houve cortejo no paço da cidade⁵.

Mesmo por ocasião das comemorações do aniversário do Imperador, mais importante certamente do que dos outros membros da família real, percebe-se que o conteúdo das manifestações públicas não excedia a uma discreta participação popular descrita de forma bastante indefinida, tal como: “sendo inúmero o concurso de pessoas de todas as classes que concorreu ao paço da cidade para ter a honra de felicitar a S. M.”⁶. Prevalecia o registro das atividades oficiais:

² *Século XIX*, 05/04/1856, p. 02.

³ De acordo com a *Tabela dos dias de grande e pequena gala, beija-mão, cortejo nos paços imperiais, em que S. M. o Imperador baixa á Imperial Capela, e em que assiste missas por falecimento de pessoas da família imperial, com declaração do lugar, hora e vestiário, com que a corte deve apresentar-se para acompanhar o mesmo augusto senhor nos referidos autos*, publicada no *Jornal do Commercio*, 02/08/1856, p. 01.

⁴ *Idem*, 15/03/1855, p. 01.

⁵ *Idem*, 15/03/1866, p. 01.

⁶ *Idem*, 03/12/1855, p. 01.

De manhã houve cortejo na praça da cidade e de tarde parada no campo da Aclamação. Tanto a guarda nacional como a tropa de linha apresentaram-se com grande luzimento. Depois da continência a SS. MM. II. que se achavam em uma das janelas do museu, desfilaram para os quartéis as brigadas que entraram na parada.

À noite assistiram SS. MM. II. no teatro Lyrico à representação da ópera *O Juramento*, do mestre Mercadante⁷.

Diante da participação aparentemente pequena da maioria dos habitantes da Corte nas comemorações natalícias da família real, em matéria publicada por ocasião do aniversário de Dom Pedro II em 1873, deparamo-nos com a idéia de que o apoio popular ao monarca permaneceria restrito ao universo não mensurável da vida privada dos súditos. O texto escrito em periódico de filiação conservadora deixava transparecer que as festas eram do domínio oficial, demarcadas muito mais pelas cerimônias protocolares, civis e militares, do que pela participação popular. E argumentava:

Tão feliz aniversário não o celebraram somente as festas ruidosas do formalismo oficial. Celebra-o cada família sob o teto dourado da habitação luxuosa como sob o teto desadornado da habitação humilde. Celebra-o a nação inteira que, no chefe do Estado, vê a mais elevada personificação do gênio brasileiro e de suas nobres aspirações⁸.

Entre as efemérides imperiais havia destaque também para as comemorações do “sete de setembro”, o dia da independência e fundação do império, em cujo apelo das cerimônias e dos discursos oficiais recaía totalmente sobre sentimento cívico da população de todo país. Era quando se colocava em evidência a construção de uma identidade nacional relacionada à Monarquia e ao prestígio da coroa e do Imperador. Logo no ano de 1855, por exemplo, dentro das cerimônias oficiais da semana de comemoração da independência, a coroa ofereceu um baile em homenagem ao Sr. Dr. Cochrane, que se estendeu das oito e meia da noite até às seis da manhã, “em consideração dos esforços por ele feitos para a realização da estrada de ferro Pedro II”. Porém, devido às epidemias de cólera que assolavam a cidade, “[...] o dia Sete de Setembro passou frio na corte, frio, friíssimo, e isso por própria deliberação de S. M. o Imperador, que procedendo assim mostrou um amor maternal para com seu povo”⁹.

No entanto, em Niterói a visita de suas majestades imperiais, no dia oito de setembro de 1855, contou com a recepção de milhares de pessoas:

No vasto anfiteatro que formam os edifícios á beira do mar, ensombrado por árvores, apinhara-se a população para gozar do espetáculo da imperial recepção. Cruzavam-se na bela baía do Rio de Janeiro os vapores cavando ondas e deixando seus listões de fumo separarem a brisa bela e suave da manhã¹⁰.

Diante das autoridades dos poderes Legislativo e Judiciário, reunidas no paço municipal, houve saudação de tiros feita pela artilharia da Guarda Nacional. Entre os

⁷ Idem, 03/12/1856, p. 01.

⁸ *A Nação*, 03/12/1873, p. 01.

⁹ *Jornal do Commercio*, 09/09/1855, p. 01.

¹⁰ Idem, p. 02.

curiosos, “mais de cinco mil pessoas bordavam a curva da praia”, entre as quais sobressaía “o belo sexo pelos adornos de seus vistosos trajos”¹¹. Mesmo acreditando no número elevado de espectadores, seria difícil avaliar qual parcela da assistência fazia parte da gente comum de Niterói. Outro jornal descreveu de forma menos impressionista a mesma multidão, nos termos usuais e indefinidos para delimitar a participação popular:

Um concurso imenso de povo tomava a ponto, as suas adjacências, e estendia-se por toda a extensão da praia até á ponte das barcas e a rua de S. Pedro por traz da artilharia da guarda nacional. A casa da câmara achava-se invadida por um grande número de senhores, e na extensão de toda rua S. João, até a igreja matriz, o povo se apinhava para receber os augustos hóspedes¹².

Deve-se ressaltar que quando se empregava a expressão “povo”, relativa à participação dos súditos nas cerimônias, ou simplesmente quando se referia à popularidade do monarca e do regime, não necessariamente estaria se falando da gente comum conforme entendemos. Na maior parte dos casos a designação “povo” aplicava-se aos grupamentos pertencentes aos estratos sociais superiores da sociedade monárquica escravista, ou, em geral, ao segmento dos chamados “cidadãos ativos”. Certamente, nunca incluía os escravos.

Já no ano de 1882, uma folha de filiação política anti-monarquista, intitulada *Revolução*, tentava caracterizar negativamente os eventos de comemoração do dia da fundação do império brasileiro. Para tanto, registrava a participação popular com o intuito de desqualificar a coroa, ironizando a atitude da população que classificava de ingênua, manipulada, monarquista e moralmente inferior. E fazia alusões ao consumo de álcool pela gente comum¹³. Na ocasião, como parte das atividades oficiais do Sete de Setembro na Corte, pela manhã no largo do Rocio, assistiu-se a representação teatral da cena da emancipação política do Brasil, em espetáculo que durou cerca de uma hora. Subiu o pano entre fogos e estampidos de pólvora. A grande “luta da Independência” foi encenada sob uma abundante iluminação a gás e “duas seteiras pintadas em estilo chinês”. Ao raiar do sol começou o espetáculo:

O “povo livre” reuniu-se curioso, formando grupos.

Para acabar de preencher os papéis – como nosso mundo oficial nada mais podia fazer, porque ele se tinha incumbido simultaneamente de fingir a “luta”, de dar o “berro”, de queimar os fogos – à plebe emancipada foi adjudicando de passar ao fundo – de camponeses.

[...]

A soberania popular, entretanto, não parou um instante de rabear, cheia de febre. E muito tempo depois, noite velha, ainda se viam patriotas pela rua – cambaleando!¹⁴

O periódico que se intitulava “órgão realista, livre pensador e socialista” mantinha assim afiada sua crítica radical à Monarquia como forma de governo, à corrupção e à burocracia do regime imperial no Brasil. E indignava-se, romântica e desesperadamente,

¹¹ Idem.

¹² *Correio Mercantil*, 14/09/1855, p. 01.

¹³ *Revolução*, 12/09/1882.

¹⁴ Idem, p. 04.

com a atitude do povo para com o monarca, especialmente nas festividades do sete de setembro, resumindo:

É a festa do rei. É a saudação avilanada do cativo que levanta hosanas ao senhor.

Ó Povo, ó cão misérrimo e desprezível, porque beija as plantas do senhor que só tem para suas carícias o chicote cruento. Quereis como vil animal lambe-lhe as plantas de rastros na poeira em que o rei ao passar deixou a lama de suas botas?¹⁵

Via de regra, sob esse tipo discurso eivado de preconceitos com relação aos pobres e escravos, mediante todo excesso e simplificação panfletária, podemos vislumbrar parcialmente as representações sustentadas pela gente comum acerca da Monarquia. Nesse caso específico, fica evidente que as populações subalternas do Império depositavam alguma simpatia no regime monárquico, simbolizado pelo Imperador, pela coroa e pela família real. Fato este que os articulistas da *Revolução* não tinham porque esconder, na medida em que procuravam denunciar a relação entre, por um lado, um regime que consideravam ultrapassado e decadente e, por outro, uma parcela da população que classificavam como moralmente desqualificada. Seu exercício discursivo, político e ideológico procurava reverter este quadro, instituindo um novo regime e criando um novo povo.

Infelizmente, as imagens que nos proporcionam os anti-monarquistas do século XIX, no calor de sua irritação contra o regime e seus seguidores, não nos permitem deduzir, com precisão, se as pessoas comuns mantiveram-se diante do Imperador e da Monarquia realmente na posição de “bestializados”, ou se na de “bilontras”, como nos induziria a questionar José Murilo de Carvalho¹⁶. Tal debate permanece em aberto, ainda que as imagens anti-monarquistas, sobretudo dos cronistas da segunda metade do século XIX, sublinhassem o caráter ingênuo e manipulável da maioria dos setores subalternos da população do Rio de Janeiro.

O debate acerca do significado histórico da relação entre as classes populares e a Monarquia foi retomado, renovado e adquiriu contornos específicos, principalmente em meio às comemorações do aniversário de cem anos da Proclamação da República no final dos anos de 1980. Ainda alguns anos antes, no segundo volume de sua tese de doutoramento, defendida em 1974, *Teatro de Sombras*, Carvalho afirma que o sistema imperial teria começado a ruir em 1871, com a chamada “lei do ventre livre”, pela qual se observaria claramente o divórcio entre os interesses do “rei” e dos “barões”. A partir daí, ocorreria o esgotamento paulatino da legitimidade da Coroa diante dos interesses dos senhores escravistas. Em 1889, em contraste com a prematura coroação, o Imperador ver-se-ia isolado, sobretudo da classe dos fazendeiros, dentro do processo que culminaria com a superação do regime monárquico. Portanto:

¹⁵ Idem, p. 02.

¹⁶ Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Ao invés, então, de ver-se legitimado pela atuação reformista, pela eficácia em solucionar problemas, o sistema imperial perdeu a legitimidade que conquistara. É que as principais reformas que promovera atendiam a interesses majoritários da população que não podia representar-se politicamente no sistema.

[...]

A restauração do poder sob a República dar-se-ia num sentido mais puramente liberal: representavam-se os que tinham poder real para representar-se, tornando o poder mais legítimo mas ao mesmo tempo mais oligárquico¹⁷.

Ainda segundo Carvalho, ao defender, de algum modo, também os interesses dos “excluídos do sistema”, a “ficção monárquica” permitiria mais democracia que a “realidade do sistema representativo” implantado com a República. Com efeito, a popularidade da Monarquia entre os pobres da cidade e do campo sobreviveria “por longos anos” após a queda do regime imperial¹⁸. Em outro livro, *Os bestializados* (1987), a fórmula foi precisada, tomou maior amplitude e outra consistência. Envolvido na tarefa de elucidar as relações entre cidadão e Estado e entre cidadão e atividade política, Carvalho propõe superar concepções simplificadoras nas quais aparecem separados, de um lado, o Estado (vilão) e, de outro, o povo (vítima). Pois, na prática, este maniqueísmo expressaria uma atitude paternalista diante da maioria da população, considerando o povo uma “vítima impotente das maquinações do Estado ou de grupos dominantes”, o que acabaria por “bestializar o povo”¹⁹. Assim, partindo do pressuposto de que, sobretudo na transição republicana, haveria algo mais na política do que um “povo bestializado”, como acreditavam alguns observadores da época, Carvalho apresenta a formulação que se tornou referência obrigatória, segundo a qual, no contexto da República nascente, especialmente na capital federal,

O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era aquele que levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo que o dos anarquistas, a política era tribofe. Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra²⁰.

Tal afirmação, contudo, nos coloca diante de, pelo menos, um problema analítico e algumas dúvidas relacionadas às visões da Monarquia entre a gente comum.

Diante desse povo “espertalhão”, “velhaco” e “gozador”, enfim essencialmente “tribofoeiro”, entretanto, por força da existência de diferenças formais entre as estruturas socioeconômicas e políticas que sustentavam o regime monárquico e a República “liberal”, implantada na virada do século, somos levados, por Carvalho, quase automaticamente a estabelecer contrastes não necessariamente existentes. Sua ênfase em criticar a República brasileira, principalmente em seus erros de origem, acentua algumas distorções no que se

¹⁷ Carvalho, José Murilo de. *O teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988. p.79.

¹⁸ Idem, p.167.

¹⁹ Carvalho, José Murilo de. Op. cit., 1987, p.10-11.

²⁰ Idem, p.160.

refere ao posicionamento das pessoas comuns diante do Estado e, por vezes, nos leva a imaginar o Estado monárquico como o oposto simétrico da República.

Entretanto, devemos perguntar se afinal, na sociedade escravista carioca da segunda metade do século XIX, o povo levava o “formal” a sério. Para o povo, a Monarquia “era para valer”? O povo prestava-se à manipulação? Era bestializado no regime monárquico aquele que, diferentemente do que ocorreria com a República, não levasse a política a sério? A política era ou não era tribofe durante o regime monárquico? Quem assistia recorria ou ignorava o Imperador e a Monarquia, era bestializado ou bilontra?

Em texto mais recente, o autor restringe a questão à simpatia popular pela figura de Dom Pedro II, afirmando:

Se o governo imperial contava com as simpatias populares, inclusive da população negra, era devido antes ao simbolismo da figura paternal do Rei do que à participação real desta população na vida política do país²¹.

Para além dessa constatação, encontramos em *Cidade Febril* (1996), de Sidney Chalhoub, outras pistas sobre o debate entre defensores e críticos de ambos os regimes, quanto à relação entre a Monarquia e a maioria da população²². Segundo afirma, na década de 1880 teria surgido o mito de que o regime monárquico era mais tolerante às tradições populares, e o Imperador, um verdadeiro defensor dos escravos e “pai dos pobres”. Mito que, entre outras coisas, incentivou os republicanos a não pouparem críticas à Coroa, relegada à condição de símbolo da herança colonial e, conseqüentemente, de tudo que pudesse representar o atraso do país, a exemplo do que vimos na folha *Revolução*. Porém, com o tempo, o argumento republicano, que na virada do século valorizava negativamente o Estado monárquico alegando sua proximidade com os setores mais marginalizados da população, negros e ex-escravos, transformou-se em argumento fundamental dos discursos, dentro e fora da produção historiográfica, de valorização positiva da Monarquia e de glamourização da história do regime imperial no Brasil. Chalhoub comenta de passagem:

É uma dessas ironias da história o fato de que a elaboração, por parte de alguns críticos do regime monárquico no século XIX, da versão de que teria havido mais tolerância com as diferenças culturais durante o período imperial tenha se transformado em peça de propaganda de apologistas da monarquia no século XX²³.

De certa forma, a questão havia sido elucidada anteriormente em *Visões da liberdade* (1990), onde Chalhoub investiga o significado que os atores históricos atribuíam

²¹ Carvalho, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 92.

²² Chalhoub, Sidney. *Cidade febril; cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 181.

²³ Idem, p. 184.

as suas lutas e apreende os significados da liberdade para escravos e libertos no período final da escravidão no Brasil. Para além disso, acaba por desvendar a racionalidade não intencional da "cidade negra", o Rio de Janeiro, no período de transição entre as ordens monárquica escravista e republicana. Observa que a classe trabalhadora carioca, e a população negra em particular, sofria com as mudanças trazidas pela nova ordem, manifestando "saudades do tempo do Imperador". Nesse contexto, o Estado era concebido negativamente, na medida em que o governo republicano destruíra, através das reformas urbanas, a cidade dos libertos, dos escravos e dos homens pobres, construída ao longo de décadas de resistência e adaptação à instituição da escravidão: "uma cidade própria, arredia e alternativa"²⁴. A cidade em cuja anatomia permanecia cristalizada até então a memória da busca da liberdade. Baseando-se nas obras de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, ressalta Chalhoub que não haveria dúvidas sobre uma "certa popularidade" do Imperador entre os "negros" nos anos finais da Monarquia. Delimita com precisão um dilema de enfoque metodológico fundamental: "Mais difícil do que entender a carpintaria político-teatral do Imperador, porém, é tentar compreender as atitudes dos escravos diante disso"²⁵.

De volta aos cronistas contemporâneos ao período final do Segundo Reinado, procurando os vestígios das representações partilhadas pela gente comum acerca da Monarquia, logo deparamo-nos com um personagem bastante credenciado no assunto pela historiografia²⁶, o alferes honorário do Exército, Cândido Fonseca Galvão. Um ex-combatente da guerra contra o Paraguai, auto-intitulado Dom Obá II d'África, nascido na Bahia, filho de um escravo africano, tornou-se figura popular nos bairros em que se concentravam os negros no Rio de Janeiro no final do século passado. O "príncipe das ruas", como era conhecido, apareceu em 1882, citado pela *Revolução* como organizador de uma festa em homenagem ao imperador Dom Pedro II, ironicamente descrita:

Para que a aristocracia continue na América, é necessário que dê festas nos palácios das princesas e dos *princezes*. É necessário uma passeata pelos arredores da metrópole, acompanhada pela população curiosa e ávida de copos de *paraty* e de vinho de 400 réis a garrafa.

Sua alteza o sereníssimo príncipe Obá 2º, da África, que como o sr. Príncipe real de Orleans, Conde d'Eu, é oficial honorário do exército brasileiro, convidou a gente de sangue azul para uma festa em um dos arrabaldes do Rio de Janeiro.

²⁴ Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 183-186.

²⁵ Idem, p. 179.

²⁶ Silva, Eduardo. *Dom Obá d'África, o príncipe do povo; vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

E a festa da aristocracia foi imponente e esplendorosa²⁷.

Acompanhado de sua mulher e filho, nomeados princesa Obá e “Obazinho”, o príncipe das ruas pronunciou discursos na qualidade de “autor da festa”, com a habilidade que alcançara como publicista e redator do *Diário do Brasil*, diante de uma platéia que incluía, além de Vossas Majestades Imperiais, quarenta estudantes da Escola de Marinha e todo um séquito de condes, viscondes, barões, senadores e deputados que compareceram à cerimônia “encascados” e “enluvados”, a convite de “príncipe africano”²⁸.

E mais:

Quando o augusto orador soltava umas exclamações onanísticas, sua alteza Obá dava sinal e a música fungava o hino nacional, com a aprovação tácita de sua majestade.

[...]

Falando da guerra [Obá] disse que brigar era viver, principalmente porque nas campanhas haviam muitas coisas que na paz são pouco usadas, exceto no largo do Rocio, onde tudo se faz por veneração à memória do primeiro imperador.

[...]

Como escritor de grande nomeada e talento, fez uma análise de todas as coisas mundanas e provou à sua majestade que era seu parente aproximadamente, por afinidade consangüínea, e que portanto tinha também seus direitos ao trono brasileiro antes que viesse qualquer Gonzaga solitário, distrair-se dos domínios alheios; que cedia porém, todos os direitos ao seu ilustre colega o sr. Conde d’Eu e a sua sereníssima prima, a princesa D. Izabel. Depois de outros discursos, e da saúde final de sua majestade, quando todos estavam bastante embriagados, dissolveu-se o festim; voltando toda sua parentela para o paço de S. Christovão²⁹.

Entre as concepções de Dom Obá II d’África acerca da Monarquia podemos destacar sua visão legitimadora tanto da Coroa, e do monarca brasileiro, quanto da realeza africana que ele próprio reivindicava, até certo ponto reconhecida pelos escravos e libertos pobres da Corte. Nas cartas que enviava para o Imperador e nos artigos que conseguia publicar nos jornais percebe-se que, para Cândido Fonseca Galvão, “o poder parecia emanar mais de Deus do que de qualquer contrato rousseauiano entre os homens”. E portanto, “era um poder antes absoluto que constitucional”³⁰.

Além disso, o príncipe das ruas manifestava-se descrente nas propostas dos políticos do Segundo Reinado, repetindo o velho jargão: “Nada mais semelhante a um conservador do que um liberal no poder”. Apenas uma ressalva: ““Antes assim os conservadores [porque] quando estiveram no poder empregaram-me””³¹.

No estudo de Eduardo Silva, Cândido Fonseca Galvão aparece definido como um “tipo de rua” habitante da Corte nas décadas finais da escravidão e do Império. Mais que isso, um autêntico “elo entre as elites dominantes de então e a massa brasileira que

²⁷ *Revolução*, 17/11/1882, p. 03.

²⁸ *Idem*.

²⁹ *Idem*.

³⁰ Silva, Eduardo. *Op. cit.*, 1997, p. 130.

³¹ *Idem*, p. 133-135.

energia da desagregação da sociedade tradicional”³². Para tanto, pressupõe que as concepções manifestas por Dom Obá II fossem comungadas por largas parcelas da população de negros, escravos e libertos da Corte. Desse modo, seria preciso observar Dom Obá II dentro do quadro estrutural mais amplo delimitado pela “mentalidade comum” de sua época, herdeira das relações escravistas estabelecidas na plantagem colonial, fruto da manifestação cultural do paternalismo, consubstanciada no “ethos patriarcal”, materializando-se numa espécie de “micropolítica de negociação”. Pois, para Eduardo Silva, seria esta a base do sistema cultural que se estendia de alto a baixo entre os vários extratos da sociedade monárquica escravista, estabelecendo “um paradigma ideológico concreto, envolvendo escravos, senhores e homens livres”, um princípio organizador dos preceitos morais, dos pensamentos e das ações políticas. Conseqüentemente:

Por toda parte – na fazenda, na cidade, na oficina, no palácio – o paternalismo brasileiro significava tipicamente uma relação de troca, uma negociação no meio potencialmente hostil da escravidão. De um lado, serviço e lealdade; de outro, proteção e recompensa³³.

De tal modo, seria este então o “ethos” que moldava o sentido da relação entre a gente comum e o Imperador. Troca de serviço e lealdade por proteção e recompensa. Era o “jeitinho” brasileiro que pressupunha e alimentava uma dinâmica social marcada por diferenças profundas “quanto ao acesso às fontes da riqueza material, cultura, poder e prestígio”³⁴. Finalmente, as atitudes e expectativas de Dom Obá II, diante da Monarquia escravista, estariam portanto impregnadas do “jeitinho” que poderíamos estender para o “universo simbólico prevalecente entre escravos, libertos e homens livres de cor no Brasil do século XIX”³⁵, do qual o príncipe das ruas fazia parte e representava. O “jeitinho” seria assim a “mentalidade comum”:

Capaz de estabelecer uma ponte, um espaço comum, como colocou Le Goff, entre “César e o último soldado de suas legiões”. Ou no caso do Brasil, entre o Imperador e o último de seus vassalos, o príncipe preto³⁶.

Dois problemas advêm desta formulação.

Primeiro, a expressão “jeitinho”, ou “jeitinho brasileiro”, soa excessivamente vaga por ser, aparentemente, a-histórica ou trans-histórica. Quase sempre remete a um entendimento bastante contemporâneo e ideológico do caráter nacional ou, mais especificamente, da cultura do “povo” brasileiro. Entendimento este exaustivamente reproduzido nos meios de comunicação de massa, em geral relacionado às supostas simpatia e sociabilidade dos brasileiros, por sua vez, diretamente ligadas à manifestações como o carnaval e o futebol. Isso torna a utilização de “jeitinho”, como noção teórica explicativa, muito prejudicada e confusa. Segundo, e mais importante aqui, é o fato de que, a partir do trabalho de Eduardo Silva, nada nos garante que as práticas e o pensamento de Dom Obá II fossem partilhados pela maioria da população de escravos e

³² Idem, p. 11.

³³ Idem, p.118.

³⁴ Idem, p. 117-118.

³⁵ Idem, p. 113.

³⁶ Idem.

libertos da Corte. É possível que isso acontecesse. É até plausível. E pode ser interessante acreditar nisso em termos teóricos, levando em conta os conceitos de mentalidade coletiva e imaginário. No entanto, é extremamente difícil de se comprovar empiricamente.

Por outro lado, por exemplo, quando refletimos sobre a suposta festa organizada por Dom Obá, registrada pela *Revolução*, para além de problemas teóricos, deparamo-nos com a necessidade de administrar certos cuidados metodológicos.

Em primeiro lugar, não podemos afirmar com total segurança que os fatos mencionados na imprensa tenham realmente acontecido, pois, sobretudo nas publicações de tiragem, periodicidade e perenidade menores, não havia distinção precisa entre reportagens, crônicas e matérias pagas. De modo que, a não ser que tivéssemos encontrado material sobre a festa de Dom Obá em outros jornais, para proceder o cruzamento de informações, devemos considerar inclusive a hipótese de que a “festa monárquica” não tenha se realizado. Assim, a crônica ou reportagem poderia eventualmente representar uma paródia ou metáfora de outra situação. Nesse caso específico, porém, o mais provável é que tivesse ocorrido a tal festa, embora haja certamente algo de inverossimilhança, além de muita ironia e crítica, nos registros apresentados. Em segundo lugar, devemos nos remeter ao movimento de produção e reprodução da imagem do Imperador e da Monarquia e às feições político-partidárias e ideológicas dos jornais no final do Segundo Reinado.

O processo de crise da ordem escravista e instalação do regime republicano no Brasil delimitava o contexto mais amplo em que se inseriam as visões da Monarquia da gente comum, entre 1870 e 1889. Nesse contexto devemos estar atentos, primeiramente, para as práticas relativas ao universo cultural das elites político-econômicas do Império, e do próprio Imperador. Pois, um dos principais elementos destas práticas culturais, voltado para a Monarquia, era fazer uso instrumental da figura pública do monarca, na construção de uma “representação de porte nacional”. Produzindo e reproduzindo uma imagem oficial do Imperador que variou ao longo do Segundo Reinado, apresentando Dom Pedro II como órfão da nação, rei majestático, imperador tropical, mecenas do movimento romântico, rei cidadão e, posteriormente, mártir exilado e mito nacional, como bem assinala Lilia Schwarcz³⁷.

Simultaneamente, nos jornais que circulavam na Corte – em maior ou menor grau, ligados social, política ou ideologicamente à elite escravista e à Coroa – encontramos uma diversificada gama de representações acerca da Monarquia, referenciadas tanto na imagem oficial do Imperador, quanto na inserção social daqueles que se manifestavam através das crônicas e reportagens. Nesta segunda instância – em que se reproduzia a imagem da Monarquia e do Imperador, através dos escritos de profissionais liberais, políticos, parlamentares, escravistas, industriais, magistrados, diplomatas, funcionários públicos de alto escalão e militares – deparamo-nos com variações discursivas pertencentes a um universo de posicionamentos políticos e ideológicos que abarcava basicamente monarquistas constitucionais conservadores, moderados e liberais; republicanos moderados e radicais; e abolicionistas de vários matizes. Entre os que

³⁷ Schwarcz, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 21.

estavam mais afastados da elite escravista, sobretudo em termos ideológicos e políticos, muitos pretenderam falar em nome das pessoas comuns, especialmente os abolicionistas e aqueles que acreditavam na necessidade do reconhecimento do papel social do proletariado nascente na construção de um país mais avançado. Em geral, quando o faziam, acabavam por reproduzir concepções sobre a Monarquia mais próximas de seus grupos sociais de origem do que dos setores aos quais pretendiam dar voz, como escravos, artesãos e operários.

Isso faz com que o esquadramento completo das filiações e tendências ideológicas registradas nos jornais não nos ajude muito em resgatar as nuances da relação específica entre as pessoas comuns e a Monarquia. Por outro lado, todo espectro de filiações, comprometimentos e paixões políticas, perceptíveis nas publicações periódicas da Corte, parece não ter escapado demasiadamente da produção e reprodução da imagem oficial do Imperador e da Coroa. Mesmo que os textos o fizessem muitas vezes invertendo os sinais de valoração, positiva ou negativa, da Monarquia. Mais do que isso, eventualmente, o posicionamento político contrário ao regime pôde conviver, em alguma medida, com a visão positiva do monarca. Por exemplo, sem ironia aparente, afirmou-se que “suas majestades imperiais compareceram à festa com aquela delicadeza e sabedoria que todos reconhecem”³⁸. Quer dizer, em meio ao sarcasmo contra Obá, os convidados e a Monarquia como regime, foram poupados o Imperador e sua esposa.

Por sua vez, havia comentários sobre a Coroa e o monarca em que se pode observar que a crítica da Monarquia como regime político e institucional não significava automaticamente a negação de sua popularidade, como já dito acima. Ao contrário, na própria ação discursiva de identificação das práticas dos setores subalternos, tal popularidade poderia compor um argumento contra o regime monárquico, por exemplo, na medida em que a Coroa mantinha em torno de si a “população ávida de copos de *paraty* e vinho de 400 réis a garrafa”.

Certamente, as visões da Monarquia oriundas da gente comum da Corte estiveram em grande parte ligadas a este processo de produção e reprodução, principalmente pela elite e pelo rei, de uma imagem/auto-imagem do monarca e da Monarquia, que era simultaneamente apropriada e re-significada pela maioria da população.

Ao tratar desse movimento em *As barbas do imperador* (1998), Lilia Schwarcz tece um argumento central, recorrente, que aponta para a existência de uma variedade de “realezas” convivendo no cenário cultural do Brasil escravista. Quer dizer, além de Dom Pedro II, haveria os reis pertencentes às elites dirigentes africanas, transplantadas pelo degredo, e outros tantos reis imaginários contidos no universo cultural das congadas, dos batuques e das cavalhadas, além da festa do divino, das procissões, do dia de Reis, do entrudo e do carnaval. Estes últimos reis imaginários, transmutando-se em autoridades de fato, ainda que somente no restrito espaço físico e temporal das festividades populares. E mais: “Essa convivência entre tantos reis – imaginários ou não – permitia o surgimento de compreensões diferentes da realeza e mesmo de certa recepção positiva da monarquia”³⁹. Assim, a autora toma emprestada a formulação de João José Reis em que afirma:

³⁸ *Revolução*, 17/11/1882, p. 03.

³⁹ Schwarcz, Lilia Moritz. Op. cit., 1998, p. 15.

Havia uma mentalidade monarquista por assim dizer, circulando entre os negros, que parece ter sido recriação de concepções africanas de liderança, reforçadas em uma colônia, e depois um país, governado por cabeças coroadas. É aliás conhecida a popularidade de Dom Pedro II entre os negros cariocas [...]. A visão do rei como fonte de justiça [...] existia igualmente na América, inclusive entre os escravos⁴⁰.

Nesse caso, segundo Lilia Schwarcz, seria apropriado “entender como nesse ambiente, ainda que com base em leituras diferentes, a hierarquia e a autoridade real eram retraduzidas e compreendidas”⁴¹. As “retraduções” da Monarquia aconteceriam em dois níveis distintos. Um deles, mais visível, abarcava o universo das elites político-econômicas em que se fazia uso instrumental do rei “na construção de uma representação de porte nacional” através dos ritos oficiais, dos monumentos e da contínua reinterpretação do passado. Em outro nível, relativamente distante do primeiro, subsistiria o universo popular de apropriação do imaginário da Monarquia, marcado pela presença mítica do rei, “um rei sagrado e religioso”, sem tempo nem lugar⁴².

No entanto, n’*As barbas do imperador* o universo das reinterpretações populares do mito da realeza permanece em grande parte restrito à apresentação, ainda que mais detalhada, dos pressupostos acima listados. No capítulo 10, Lilia Schwarcz retorna à leitura popular da imagem do Imperador com base no testemunho de viajantes, folcloristas e “meros curiosos”, procurando entender a “presença de várias realezas nas festas brasileiras”. Apresenta-nos uma síntese aprofundada dos significados subjacentes às tradições populares que envolviam o dia de Reis, a festa do Divino, a cavalhada, a congada, o batuque, o entrudo, o carnaval e as procissões. Observa que todos estes festejos “revelam a existência de um rico imaginário acerca da realeza”. E conclui:

Na verdade estamos falando de uma realeza retraduzida pelo imaginário popular, às vezes distante e destacada da imagem do “rei”, como representante máximo de um sistema de governo ou de sua constante produção pelas elites cariocas. Aí impera outra lógica, cuja estrutura remonta ao período colonial e permite uma tradução diversa da mesma monarquia⁴³.

Porém, se existia, como parece razoável afirmar, um distanciamento entre, por um lado, o imaginário e a apropriação popular do mito da realeza e, por outro, a apropriação instrumental desse imaginário pelas elites, além do esforço do próprio monarca em construir a auto-imagem, restam perguntas para as quais não encontramos respostas mais palpáveis no livro de Lilia Schwarcz. Por exemplo, qual a forma concreta dos elementos do imaginário popular sobre a realeza que moldaram ou foram moldados pela relação particular entre a gente comum da Corte e o imperador Dom Pedro II?

Não se trata de apontar lacunas ou limitações na reflexão desenvolvida por Schwarcz. Trata-se mais de uma questão do enfoque e de procedimentos metodológico relacionado à apresentação da questão. Pois, n’*As barbas do imperador*, toda vez que nos deparamos com a problemática das apropriações históricas concretas do mito da realeza pelos setores populares, passamos para o campo da descrição da construção oficial da imagem

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem, p. 16.

⁴² Idem, p. 20-21.

⁴³ Idem, p. 247-248.

e auto-imagem do Imperador pelas elites. Em seguida, encontramos novamente o pressuposto da convivência das realezas no âmbito das festas, induzindo-nos a refletir (por conta própria) acerca dos desdobramentos mais concretos dessa apropriação.

Com efeito, depois do capítulo 10 voltamos ao processo de construção, instrumentalizado pela elite, de uma imagem da Monarquia e do monarca, assim como ao esforço do próprio Imperador no mesmo sentido. O último parágrafo do capítulo 12 exemplifica o recuo que apontamos anteriormente:

Mesmo fora do país, a imagem do monarca, chamuscada em consequência da Guerra do Paraguai, aos poucos se reabilitava. A representação do rei cidadão e civilizado havia de se impor à do tirano da guerra. Abandonando os rituais, sobretudo após a volta da primeira viagem, D. Pedro endossava uma nova representação. **Resta saber de que maneira se dava o impacto dessa figuração no imaginário popular**, mais dado à pompa e ao rigor que ligavam o imperador do Brasil à realeza sagrada e mistificada das paradas e procissões⁴⁴.

O texto continua em outra direção e a questão permanece em aberto.

Estaríamos visualizando aí um movimento inicial de afastamento entre a imagem/auto-imagem do rei criada pela elite e sua apropriação popular? Em caso afirmativo, quais seriam as consequências disso para a popularidade de Dom Pedro II e da Coroa?

Novamente, no capítulo 14, constatamos que o problema da reconstituição histórica da relação entre o monarca e os setores populares permanece elidido, e termina onde poderia começar. Novamente, no último parágrafo:

No caso do nosso Imperador, a imagem pública estava sempre acima da própria realidade. Apesar de ter tido uma vida amorosa bastante repleta, a imprensa e os relatos não exploram essa imagem, insistindo, ao contrário, no retrato de um monarca severo, moralmente elevado, acima das questões mundanas, ou seja, a negação formal de seu pai. **Resta saber se a imagem desse “novo rei enfasiado e cidadão do mundo” chegava até as populações da Corte, que, provavelmente, estranhavam os hábitos recentes do Imperador.** De toda forma, para o resto do país ficava a representação cada vez mais forte. É o teatro que se sobrepõe à vida desse soberano que já nasceu rei, mostrando que na simbologia política muitas vezes é a realidade que vira mito⁴⁵.

Frente à questão sublinhada, podemos intuir que sim, haveria estranhamento por parte das populações subalternas da Corte diante da nova imagem do “rei cidadão”. Porém, por exemplo, como explicaríamos esse estranhamento no contexto da abolição da escravidão? Para a maioria da população, sobretudo ligada ao cativo, quem promovia as reformas era o “rei cidadão” ou o “rei mítico” sem tempo nem lugar? Provavelmente os dois, mas como?

A dúvida permanece, ainda que possamos deduzir respostas plausíveis, e até prováveis de terem ocorrido historicamente. Além disso, nem tudo eram galas oficiais ou festividades em que Dom Pedro II, a família real e a elite imperial produziam e reproduziam sua imagem e auto-imagem, assim como da Monarquia brasileira, diante de uma população relativamente receptiva e simpática ao Imperador e ao regime. Por exemplo, em 1859 houve grande tumulto no encerramento dos festejos da

⁴⁴ Idem, p. 343. Grifo nosso.

⁴⁵ Idem, p. 383. Grifo nosso.

Independência. Com muita indignação, a folha comemorativa *7 de Setembro* minuciou os acontecimentos para rechaçar a desconcertante atuação popular no dia da pátria, fazendo um resumo das principais notícias publicadas nos jornais diários:

As festas se teriam terminado sem o menor incidente desagradável se meia dúzia de turbulentos não tivesse entendido que devia insultar a autoridade no exercício de suas funções. Um espanhol foi preso por ter insultado cnicamente uma mulher que passava. Às queixas desta acudiram alguns permanentes, que prenderam o insultador. Imediatamente partiram gritos sediciosos de – solta, solta – e uma onda de povo arremeteu contra os soldados. Estes, depois de empregarem meios persuasivos para afastar a multidão forcejaram para levar o preso para a polícia.

O tumulto cresceu a ponto de ser necessário empregar a força.

À porta da polícia redobram os gritos as apupadas à autoridade, e por fim começaram a cair algumas pedras que partiram d'entre a multidão. Era a repetição das cenas do hipódromo [onde foram presos os manifestantes].

O digno Sr. Chefe de polícia com toda a moderação procurou por si e por seus agentes apaziguar o motim com palavras persuasivas. Não foi atendido. Dizendo-se que S. Ex. [chefe de polícia] estava no baile do Club, o grupo turbulento apinhou-se à porta deste estabelecimento e levou o seu desatino até o ponto de insultar uma pessoa que entrava e que foi tomada pelo S. Dr. Izidro.

À força de vociferar inutilmente, pois que o preso estava recolhido ao xadrez e com boa guarda, a multidão dissipou-se pouco a pouco. Parecia tudo acabado quando recomeçou a desordem e com caráter mais ameaçador. Um grupo numeroso de desordeiros tinha-se reunido no coreto da iluminação da sociedade Patológica, que já estava apagada, e, fazendo uma assuada infernal, dando gritos de – morra o chefe de polícia! Morra o magriço! – começou a destruir o coreto, arrancando as bandeiras nacionais e quebrando bancos e outros objetos que encontrava⁴⁶.

No desfecho foram presos 25 indivíduos – 13 “nacionais de baixa classe”, 10 “portugueses caixeiros desempregados” e um escravo – envolvidos na manifestação à frente de uma multidão que se evadiu “apesar da rapidez com que a força policial cercou a praça”⁴⁷.

Ainda sobre o Sete de Setembro, em 1876 Machado de Assis observava que as comemorações do aniversário da Independência pareciam ter se intensificado depois de um período de relativo esvaziamento. Se “também os aniversários envelhecem e adoecem, até que se desvanecem ou perecem”, ao contrário, parecia-lhe naquela época que o Sete de Setembro estava “muito criança”. Havia mais entusiasmo e surgia na Corte mais uma associação civil com o intuito de organizar os festejos do dia da fundação do Império. Comentava em sua crônica quinzenal:

Nós temos fibra patriótica; mas um estimulante de longe em longe não faz mal a ninguém. Há anos em que as províncias nos levam vantagem nesse particular; e eu creio que isso vem de haver por lá mais pureza de costumes ou não sei que outro motivo. Algum há de haver. Folgo em dizer que este ano não foi assim. As iluminações foram brilhantes; e quanto povo nas ruas, suponho que todos os dez ou doze milhões que nos dá a Repartição de Estatística estavam concentrados nos largos de S. Francisco e da Constituição e ruas adjacentes. Não morreu, nem pode morrer a lembrança do grito do Ipiranga⁴⁸.

⁴⁶ *7 de Setembro*, 18/09/1859, p. 02.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ Machado de Assis. *Obra completa*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997. Vol.3, p. 346.

Entretanto, mais adiante, o escritor lamentava que “não foi igualmente bonito nem sumário o *rolo* do Largo de São Francisco”. Um distúrbio que comparou à “guerra do Oriente”⁴⁹. Pois as comemorações que animaram a Corte durante todo dia no largo do Rocio, ao redor da estátua de Dom Pedro I; no largo de São Francisco, em frente a estátua de José Bonifácio e nos festejos pela cidade “embandeirada e iluminada” terminaram em um “grande conflito que teve as mais graves conseqüências”⁵⁰. Por volta das oito horas da noite, dois guardas da polícia urbana conduziam um capoeira, preso na rua Gonçalves Dias, até a delegacia mais próxima. Ao passarem pelo largo de São Francisco foram abordados por populares que assistiam à apresentação da Banda dos Imperiais Marinheiros em comemoração ao Sete de Setembro. Estes últimos tentaram apoderar-se do preso, que teve de ser “protegido” pelos guardas, já então cercados por um grande número de capoeiras, armados de cacetes, navalhas e algumas pedras. Os policiais e o detento tentaram se esquivar no início do tumulto, escondendo-se na estação de bondes da travessa do Rosário, que, em seguida, foi atacada pelos marinheiros e teve de ser fechada, o que “redobrou a fúria dos amotinadores”. Armados com as estruturas de madeira que enfeitavam a festa da Independência, os marinheiros avançaram contra a estação, quebrando os vidros e forçando as portas. Um “piquete da polícia” formado no largo da Sé dirigiu-se então para o local do conflito, onde foi recebido com pedradas e pauladas. Como a notícia dos acontecimentos espalhava-se rapidamente, a banda, que até então se apresentava no coreto do largo de São Francisco, desceu pela rua do Ouvidor seguida por grande número de capoeiras que “como troféu de sua vitória” conduziam setas, barretes, navalhas e pedaços de galhardetes. Em seguida, apareceu um “piquete da cavalaria policial”, que, mesmo contra a ordem de seu comandante, “desembainharam as espadas e avançaram um pouco” contra a multidão. Por fim, com a precipitação, os curiosos que se aglomeravam no largo e na rua do Ouvidor bateram em retirada, não sem que houvesse atropelos e protestos. Assim, “o povo foi abandonando pouco a pouco os lugares dos conflitos e depois da 10 horas da noite estavam os ânimos mais tranquilos”⁵¹.

O jornal frisava que “o povo sempre se portou com a habitual conduta”, quer dizer, participando dos acontecimentos apenas como espectador curioso, pois a luta efetivamente ocorrera entre policiais, marinheiros e capoeiras.

Esse quadro era recorrente, considerando que o sete de setembro também era dia de eleições. A primeira impressão que se tem é que, principalmente ao longo do Segundo Reinado, os capoeiras formavam uma espécie de “exército das ruas”, instrumentalizado por conservadores ou liberais, e manipulado para fins eleitorais em troca de benesses imediatas. Contudo, tal perspectiva analítica nos parece bastante limitada e demasiadamente simplificadora na abordagem do envolvimento dos escravos, libertos e livres pobres com a elite política nacional, especialmente na Corte. Carlos Eugênio L. Soares nos oferece elementos adicionais para compreender o comportamento das chamadas “maltas” de capoeiras. Primeiramente, assinala que a capoeira surgiu como um conjunto de “ritos, rituais e danças cerimoniais e guerreiras”, difundida inicialmente entre os jovens africanos, que funcionava como “válvula de escape da sufocante rotina

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, 10/09/1876, p. 01.

⁵¹ Idem.

da escravidão”, e também como uma espécie de resistência cultural às “violências e demandas” da sociedade escravista urbana. Desse modo, constituiu um tipo específico de “resposta cultural”, bem sucedida, que se espalhou rapidamente entre os segmentos sociais subalternos, de tal forma que parcelas de escravos, libertos e livres brasileiros passaram a desafiar o Estado monárquico escravista através da prática cotidiana da capoeira, especialmente na Corte, ao longo de todo século XIX⁵². Mais que isso, no quadro das complexas transformações que se operavam na sociedade urbana carioca das últimas décadas do século, o movimento dos capoeiras foi constantemente marcado por expectativas de inserção cultural e social, muito particulares, moldadas por uma opção de inclusão própria e original, fruto da experiência histórica dos grupos que compunham as maltas e alimentada por uma espécie de “ânsia de participação”⁵³.

No início da década de 1870, encontramos simultaneamente no centro da estruturação do comportamento político dos setores subalternos as conseqüências sociais, políticas e culturais da participação na guerra contra o Paraguai. Pois, nesse período, um contingente significativo de antigos combatentes, formado por ex-escravos, criminosos, “desordeiros” e “marginais”, passou a exibir pelas ruas do Rio de Janeiro seus uniformes, condecorações e títulos de “defensores do Império” e “heróis da pátria”. Entre eles havia seguramente muitos capoeiras. Isso acontecia poucos anos depois de terem sido retirados do espaço público urbano, recrutados à força para servir o Estado e enviados à guerra para a comodidade da população “de bem” da Corte⁵⁴. No novo contexto, as manifestações públicas dos capoeiras conheceriam um ressurgimento, passando a ocorrer, muitas vezes, em meio aos próprios desfiles dos grupamentos militares recém egressos dos campos de batalha. Na medida em que acontecia tal confluência, as ações dos capoeiras, entre outros grupos subalternos, apareciam como tentativas de alcançar um “novo *status*” social concedido pela participação na guerra⁵⁵. Ou seja, o movimento manifesto nos ataques aos policiais, nas afrontas aos senhores e nos desafios às autoridades materializava a luta das maltas pela manutenção das posições sociais conquistadas pela participação nos Corpos de Voluntários da Pátria.

Além disso, era na relação com o Partido Conservador na Corte que se revelava de forma mais evidente o conteúdo das representações políticas que informavam a atuação dos capoeiras, ainda que tal relação fosse eivada de contradições reais ou aparentes. Os conservadores foram mais sensíveis aos “novos momentos”, lutando exaustivamente pela manutenção de seu poder e promovendo a aproximação com os grupos de ex-escravos e livres pobres, em busca de “aliados decisivos” no jogo político. Ao contrário, ironicamente, os liberais fracassaram em entender o momento que se inaugurava e, por mais que se mostrassem sensibilizados com a questão da emancipação dos cativos, ainda permaneciam relativamente afastados dos setores subalternos a quem supostamente defendiam⁵⁶.

⁵² Soares, Carlos Eugênio Líbano. *A negregrada instituição: os capoeiras na Corte Imperial., 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 32/26.

⁵³ Idem, p. 206-207.

⁵⁴ Idem, p. 212-213.

⁵⁵ Idem, p. 214.

⁵⁶ Idem, p. 222. Esse quadro sofreria ligeiras alterações na conjuntura posterior a 1878 e na Abolição.

Acrescidas dos efeitos da aproximação com os políticos conservadores, as práticas cotidianas de resistência e adaptação empreendidas por escravos e libertos na Corte⁵⁷ interagiam com as expectativas políticas das maltas. Como resultado, pode-se dizer que os capoeiras passaram a desfrutar da possibilidade de “optar pelo melhor ‘protetor’ político”. Especialmente porque sabiam que não permaneceriam o tempo todo sob a vigilância estrita desse aliado institucional e socialmente superior. Ainda mais porque esse suposto chefe e “protetor”, pertencente a mais alta elite política do país, como era de se esperar, estivesse grande parte do tempo envolvido em “afazeres mais nobres”⁵⁸. Sendo assim, podemos compreender mais profundamente uma fração da participação popular na vida política no Segundo Reinado, na qual o segmento dos escravos e libertos não figuravam apenas como grupos manipulados e instrumentalizados pelo poder.

Contudo, mesmo diante do convincente argumento central sobre a opção de inserção política dos capoeiras, ainda parece difícil deduzir que as percepções que possuíam sobre a política imperial, a Coroa e o monarca pudessem estender-se para a maioria da gente comum da Corte, ou mesmo para a maioria dos escravos e libertos. Seria muito complicado, por exemplo, derivar asserções sobre as representações populares acerca da Monarquia a partir das concepções sustentadas pelos capoeiras sobre o Imperador, o regime e a política na Corte. Pois, estaríamos diante de uma grande quantidade de mediações difíceis de cotizar, embora pareça evidente a imbricação de todos esses elementos.

Por fim, mesmo nesse contexto, permanece relativamente em aberto o debate sobre a imagem do Imperador e da Monarquia entre os setores subalternos da Corte. De tal modo:

A velha questão da popularidade da monarquia entre a população negra e escrava do Rio de Janeiro ainda carece de estudos mais aprofundados. Mas não resta dúvida que a figura do Imperador gozava de certa admiração diante da parcela mais humilde da sociedade fluminense. Resultado de sua ausência das mesquinhas disputas políticas no parlamento, do seu infalível indulto aos escravos condenados à pena máxima, seu papel na promulgação do “Ventre-Livre”, sua inclinação por medidas claramente populares, como a abolição, suas atividades assistencialistas, ou mesmo sua respeitabilidade e despojamento, o certo é que sua figura na realidade podia ser entendida como símbolo de um Estado cada vez mais regulador nas relações senhor-escravo⁵⁹.

⁵⁷ Especialmente as práticas relacionadas ao “viver sobre si”, no período final da escravidão na “cidade negra”, sintetizadas em Chalhoub, Sidney. Op. cit., 1990.

⁵⁸ Soares, Carlos Eugênio Líbano. Op. cit., 1999. p.233.

⁵⁹ Idem, p. 228.

Podemos concluir afirmando que dispomos de indícios das apropriações que a gente comum do Rio de Janeiro fazia da imagem do Imperador, da Coroa e da Monarquia, em primeiro lugar, perceptíveis nas práticas culturais da elite escravista – no movimento em que produziam e reproduziam a imagem oficial em que o próprio regime monárquico se confundia com a figura de Dom Pedro II. Também encontramos indícios das visões da Monarquia oriundas da gente comum nos testemunhos de observadores da época provenientes dos setores médios urbanos da Corte, envolvidos no debate político em torno da Monarquia, da República e da abolição da escravidão.

A partir destes indícios, bastante indiretos, ainda pouca coisa podemos afirmar com precisão. Seja pela via da história política, na observação das nuances que envolviam “bestializados” e “bilontras” no episódio da proclamação da República (Carvalho); seja pela via da história social, na análise da “saudade do Imperador” nos primórdios da República, marcada na memória da resistência da população negra da Corte (Chalhoub); seja pela apreciação da mentalidade coletiva, visualizada no “jeitinho” brasileiro, contido nas aparições de Dom Obá II (Silva); seja, finalmente, pelo viés da antropologia histórica, na abordagem da re-significações do rei, dentro dos mitos das realezas, como sugerido n’*As barbas do imperador* (Schwarcz).

Em resumo, sabemos que havia apropriação e re-significação da imagem oficial do Imperador e da Monarquia no âmbito da cultura da gente comum; que isso provavelmente ocorria em meio ao que se chamou de convivência entre as várias realezas, propiciando a difusão de representações positivas tanto do monarca quanto do regime; e, finalmente, que o Imperador desfrutou, ao longo do Segundo Reinado, de relativa popularidade junto às pessoas comuns da Corte.

Contudo, a apropriação popular da imagem da Monarquia pressupõe um quadro mais complexo de variáveis. Pois, assim como a construção da imagem e auto-imagem do rei oscilou ao longo do tempo – passando por órfão da nação, rei majestático, imperador

tropical, mecenas do movimento romântico até chegar a rei cidadão –, deve ter oscilado também o tipo de apropriação dessa imagem por parte da gente comum, porém, com relativa autonomia e determinações próprias. Além disso, provavelmente, o vetor positivo de representação da Monarquia e do monarca – ligado ao movimento oficial de construção da imagem do rei e do regime e ao imaginário popular, em que era possível a convivência entre as realezas ou a formulação de enunciados do tipo apresentado por Dom Obá II – teve que conviver, em alguma medida, com apropriações mais negativas da figura de Dom Pedro II e do regime imperial pela gente comum, sobretudo na fase final do Segundo Reinado, quando proliferavam as críticas antimonarquistas, especialmente entre os setores médios urbanos da Corte. Por fim, devemos considerar a possibilidade de nos depararmos com distinções significativas entre as visões da Monarquia de escravos, homens livres pobres, mendigos, “vadios”, pequenos comerciantes, artistas, operários, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão. Mesmo supondo a possibilidade de existência de um denominador comum cultural.